

Aula 11 – Ética na Advocacia Pública e em Cargos de Gestão

Imagine-se em uma encruzilhada profissional, onde a bússola moral aponta para diferentes direções. De um lado, a lealdade a um empregador; de outro, o dever para com a sociedade ou a própria integridade da profissão. Essa é a realidade diária de muitos advogados, especialmente aqueles que atuam na esfera pública ou em posições de gestão dentro de organizações. A ética, que já é um pilar fundamental em qualquer ramo do Direito, ganha contornos ainda mais complexos e desafiadores nesses contextos.

Nesta aula, embarcaremos em uma jornada para desvendar as particularidades éticas que moldam a atuação de advogados em cenários tão distintos quanto a Advocacia-Geral da União, as Procuradorias, as Defensorias Públicas e os departamentos jurídicos de grandes empresas. Compreenderemos que, embora o cerne da ética profissional permaneça o mesmo, as pressões, os interesses em jogo e as responsabilidades se transformam radicalmente, exigindo uma adaptabilidade e uma firmeza moral constantes.

Ao final desta discussão, você será capaz de identificar os princípios éticos que regem a advocacia pública e privada em cargos de gestão, analisar dilemas éticos comuns a esses profissionais e propor soluções baseadas na legislação e nos valores da profissão. Nosso objetivo é equipá-lo com as ferramentas conceituais para navegar com segurança e integridade por esses complexos mares profissionais, preparando-o para os desafios que o aguardam no mercado de trabalho ou em futuras provas de concurso.

A Essência da Advocacia Pública: Um Compromisso com o Coletivo

A atuação do advogado público é, por sua própria natureza, distinta da advocacia privada. Enquanto o advogado particular defende os interesses de um cliente específico, o profissional da Advocacia-Geral da União (AGU), das Procuradorias Estaduais e Municipais, ou das Defensorias Públicas, tem um cliente muito mais amplo e complexo: o Estado e, por extensão, a sociedade. Essa distinção fundamental molda todo o arcabouço ético que rege suas atividades, impondo deveres e responsabilidades que transcendem a mera representação legal.

Pense na Advocacia Pública como um guardião silencioso da legalidade e do interesse coletivo. Não se trata apenas de ganhar um processo, mas de assegurar que as ações do poder público estejam em conformidade com a lei, que os recursos sejam bem geridos e que os direitos dos cidadãos sejam protegidos. É um papel que exige não só conhecimento jurídico aprofundado, mas também uma bússola moral calibrada para o bem comum, muitas vezes em detrimento de interesses políticos ou econômicos imediatos.

Essa perspectiva nos leva a um dos pilares da ética na advocacia pública: o dever de defesa do interesse público. Este não é um conceito abstrato, mas uma diretriz prática que permeia cada parecer, cada defesa e cada ação judicial. Significa, por exemplo, que um Procurador não pode defender uma causa que sabe ser ilegal ou imoral, mesmo que haja pressão política para tal. Sua lealdade primária é à Constituição e às leis, e não a um governo ou gestor específico.



O Dever de Defesa do Interesse Público: Mais Que um Slogan

O conceito de "interesse público" é a pedra angular da ética na advocacia pública, mas sua aplicação prática pode ser um campo minado de dilemas. Não é raro que o que se apresenta como interesse público seja, na verdade, o interesse de um grupo específico ou de uma agenda política. A tarefa do advogado público é discernir essa diferença e agir com integridade, mesmo quando a decisão é impopular ou contraria expectativas de superiores.

Imagine um Procurador que recebe a incumbência de defender um ato administrativo que, após análise cuidadosa, ele percebe ser manifestamente ilegal e prejudicial à coletividade. Sua posição o coloca entre a lealdade institucional e o dever ético de defender o interesse público. É nesse momento que a ética se manifesta não como um conjunto de regras frias, mas como um guia para a tomada de decisões difíceis, exigindo coragem e independência.

A Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) e o Código de Ética e Disciplina da OAB, embora focados na advocacia em geral, fornecem a base para a atuação do advogado público, que também é advogado. Contudo, a natureza de seu "cliente" – o Estado – adiciona camadas de complexidade. O interesse público não é estático; ele evolui com a sociedade e com as demandas por justiça social, por exemplo, na atuação das Defensorias Públicas, que defendem os hipossuficientes, garantindo acesso à justiça e a efetivação de direitos fundamentais.



Ética em Cargos de Direção Jurídica em Empresas e Organizações

Saindo do setor público, adentramos o universo corporativo, onde advogados ocupam posições de liderança em departamentos jurídicos de empresas e organizações. Aqui, a dinâmica muda drasticamente. O "cliente" é a própria empresa, com seus objetivos de lucro, crescimento e sustentabilidade. No entanto, a ética não se torna menos relevante; ela apenas se manifesta de outras formas, com desafios próprios e igualmente complexos.



Conselheiro Estratégico

Participa ativamente das decisões de negócio, orientando a empresa para conformidade legal



Guardião da Conformidade

Assegura que operações estejam em consonância com legislação e princípios ESG



Gestor de Riscos

Identifica e mitiga riscos legais e reputacionais para a organização

O advogado em cargo de direção jurídica atua como um conselheiro estratégico, um guardião da conformidade legal e um gestor de riscos. Sua função vai muito além de resolver litígios; ele participa ativamente das decisões de negócio, orientando a empresa para que suas operações estejam em consonância com a legislação e, cada vez mais, com princípios de responsabilidade social e governança corporativa (ESG). É como um farol que guia o navio corporativo por águas turbulentas, evitando os recifes legais e reputacionais.

Um dos maiores desafios éticos nessa posição é equilibrar os interesses comerciais da empresa com os preceitos legais e éticos. Por exemplo, uma empresa pode desejar implementar uma estratégia agressiva de mercado que, embora lucrativa, beire a ilegalidade ou a concorrência desleal. O diretor jurídico tem o dever de alertar sobre os riscos, propor alternativas e, se necessário, recusar-se a cancelar práticas antiéticas, mesmo que isso signifique confrontar a alta direção. Sua independência profissional, garantida pelo Estatuto da OAB, é crucial nesse momento.

Os Desafios do Advogado Empregado e a Subordinação

A figura do advogado empregado, seja em um departamento jurídico de empresa, em um escritório de advocacia ou em uma organização não governamental, enfrenta um conjunto particular de desafios éticos, especialmente no que tange à subordinação. Diferentemente do advogado autônomo, que tem total liberdade para aceitar ou recusar causas, o advogado empregado está inserido em uma estrutura hierárquica, o que pode gerar tensões entre o dever de obediência e a independência profissional.

Ponto de Atenção: O Código de Ética e Disciplina da OAB é claro ao afirmar que o advogado deve preservar sua independência em qualquer circunstância, mesmo quando subordinado a um empregador.

Pense no advogado empregado como um artesão que trabalha em uma grande fábrica. Ele é parte de uma equipe, segue diretrizes e tem um chefe. No entanto, sua "arte" – o exercício da advocacia – exige uma autonomia que não pode ser totalmente suprimida pela hierarquia. O Código de Ética e Disciplina da OAB é claro ao afirmar que o advogado deve preservar sua independência em qualquer circunstância, mesmo quando subordinado a um empregador.

Essa tensão se manifesta em situações onde o empregador solicita uma conduta que o advogado considera antiética, ilegal ou contrária aos seus deveres profissionais. Por exemplo, ser instruído a omitir informações relevantes em um processo, a redigir um contrato com cláusulas abusivas ou a defender uma posição que ele sabe ser indefensável juridicamente. Nesses momentos, a independência profissional não é apenas um direito, mas um dever ético, exigindo que o advogado se posicione, mesmo que isso possa gerar desconforto ou atrito com seu superior.



A Independência Profissional como Escudo Ético

A independência profissional é um dos pilares da advocacia e se torna um verdadeiro escudo ético para o advogado empregado. Ela não significa insubordinação gratuita, mas a capacidade de recusar a prática de atos que violem a lei, a ética ou a dignidade da profissão. É a garantia de que o advogado não será um mero executor de ordens, mas um profissional com discernimento crítico e responsabilidade própria.

01

Identificação do Problema

Advogado descobre irregularidades graves em projeto com potencial de danos ambientais e sociais

02

Pressão do Superior

Superior instrui a "minimizar" o problema nos documentos legais

03

Exercício da Independência

Advogado se recusa, alerta sobre consequências e propõe soluções éticas e legais

04

Proteção Profissional

Postura baseada no Estatuto da OAB garante integridade e protege contra punições

Para ilustrar, imagine um advogado empregado em uma construtora que descobre irregularidades graves em um projeto, com potencial de causar danos ambientais e sociais. Seu superior o instrui a "minimizar" o problema nos documentos legais. A independência profissional exige que ele não apenas se recuse a fazê-lo, mas que também alerte sobre as consequências e proponha soluções éticas e legais. Essa postura, embora desafiadora, é o que distingue um mero técnico de um verdadeiro profissional do Direito.

O Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94) e o Código de Ética e Disciplina da OAB oferecem o respaldo legal para essa independência. O advogado empregado tem o direito e o dever de zelar pela ética e pela legalidade, e não pode ser punido por exercer sua prerrogativa de recusar atos ilícitos ou antiéticos. É fundamental que o profissional conheça seus direitos e deveres para poder se posicionar de forma firme e fundamentada.

As Particularidades Éticas da Advocacia Pública: AGU, Procuradorias e Defensorias

A advocacia pública, em suas diversas manifestações – seja na Advocacia-Geral da União (AGU), nas Procuradorias Estaduais e Municipais, ou nas Defensorias Públicas – possui um DNA ético singular. Diferentemente do advogado privado, cujo cliente é uma pessoa física ou jurídica com interesses específicos, o advogado público tem como cliente o Estado e, por extensão, a coletividade. Essa relação especial impõe deveres e responsabilidades que vão além da mera representação legal, exigindo uma visão macro e um compromisso inegociável com o bem comum.

Pense no advogado público como um guardião da legalidade e da moralidade dentro da máquina estatal. Sua função não é apenas defender o governo de turno, mas assegurar que as ações governamentais estejam em conformidade com a Constituição e as leis, protegendo o patrimônio público e os direitos dos cidadãos. É um papel que exige uma independência funcional e uma firmeza ética para resistir a pressões políticas ou interesses escusos que possam surgir no caminho.

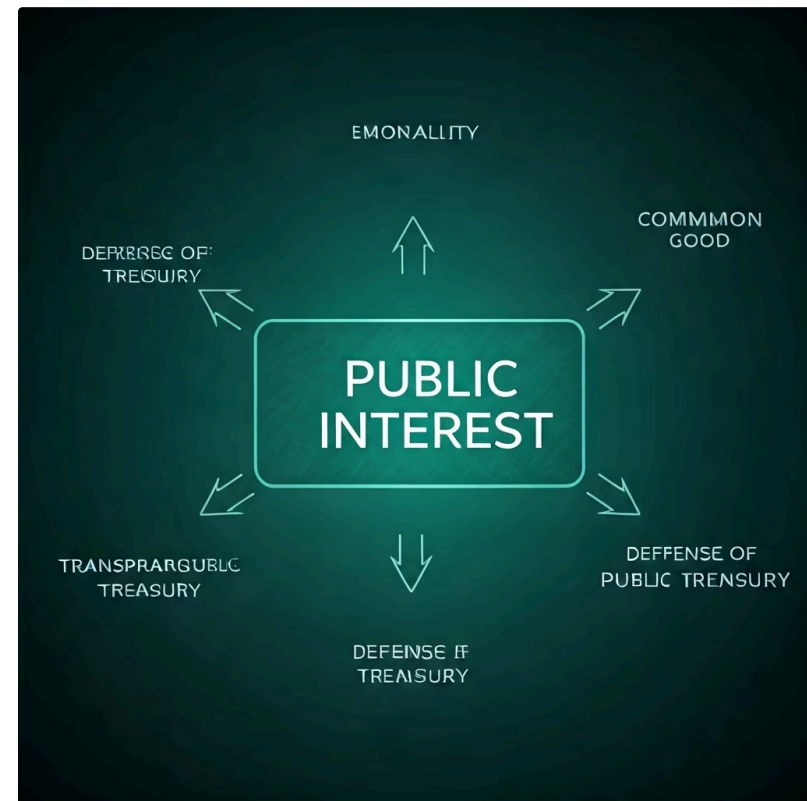
As Defensorias Públicas, por sua vez, representam a face mais humana da advocacia pública. Seu dever ético primordial é garantir o acesso à justiça para os hipossuficientes, atuando como um pilar fundamental na concretização dos direitos humanos e na redução das desigualdades sociais. Aqui, a ética se manifesta na defesa intransigente dos mais vulneráveis, muitas vezes em contraposição aos interesses do próprio Estado ou de grandes corporações, exigindo uma dedicação e um senso de justiça ainda mais aguçados.

O Dever de Defesa do Interesse Público: Um Mandato Inegociável

O dever de defesa do interesse público não é apenas uma diretriz, mas o cerne da missão do advogado público. Este princípio transcende a defesa de um governo ou de um gestor específico, colocando a Constituição, as leis e o bem-estar da coletividade como prioridade máxima. É um mandato que exige discernimento, coragem e, por vezes, a capacidade de dizer "não" a solicitações que, embora venham de superiores, contrariem a legalidade ou a moralidade.

Imagine um Procurador que se depara com um projeto de lei ou um ato administrativo que, embora politicamente conveniente, apresenta falhas jurídicas graves ou potencial de lesar o erário. Sua função não é apenas dar um parecer técnico, mas alertar sobre os riscos e propor soluções que salvaguardem o interesse público. Essa postura, que pode gerar atritos, é a essência da sua atuação ética, garantindo que a máquina pública opere dentro dos limites da lei e da probidade.

A complexidade reside no fato de que o "interesse público" nem sempre é óbvio ou unânime. Ele pode ser objeto de interpretações diversas e até de disputas. Nesses casos, o advogado público deve pautar sua conduta pela objetividade, pela legalidade estrita e pela busca do maior benefício para a sociedade, utilizando seu conhecimento jurídico para fundamentar suas decisões. A transparência e a fundamentação de seus atos são, portanto, elementos cruciais para a legitimação de sua atuação.



Ética em Cargos de Direção Jurídica em Empresas e Organizações

Ao transitar para o ambiente corporativo, o advogado em cargo de direção jurídica – como um Diretor Jurídico, Head of Legal ou Gerente Jurídico – assume uma posição estratégica que demanda uma ética multifacetada. Seu "cliente" é a própria empresa, com seus objetivos de negócio, mas sua responsabilidade se estende à conformidade legal, à gestão de riscos e à preservação da reputação da organização. Ele atua como um elo vital entre as estratégias comerciais e os imperativos legais e éticos.



Pense no diretor jurídico como o navegador de um navio mercante. Ele precisa garantir que a embarcação chegue ao seu destino (os objetivos de negócio) de forma eficiente, mas também que ela evite tempestades (litígios), icebergs (riscos regulatórios) e piratas (fraudes). Sua expertise não se limita a interpretar leis, mas a antecipar problemas, desenvolver políticas de compliance e orientar a alta direção para decisões que sejam não apenas lucrativas, mas também lícitas e éticas.

Um dos maiores desafios é a constante tensão entre a busca por resultados financeiros e a aderência a padrões éticos e legais. Em um cenário de alta competitividade, pode haver a tentação de "flexibilizar" normas ou de buscar atalhos. É nesse ponto que a independência e a integridade do diretor jurídico são postas à prova. Ele deve ser a voz da razão e da ética, mesmo que isso signifique confrontar decisões de negócio que possam comprometer a sustentabilidade e a imagem da empresa a longo prazo.

Os Desafios do Advogado Empregado e a Subordinação: Equilibrando Lealdade e Integridade

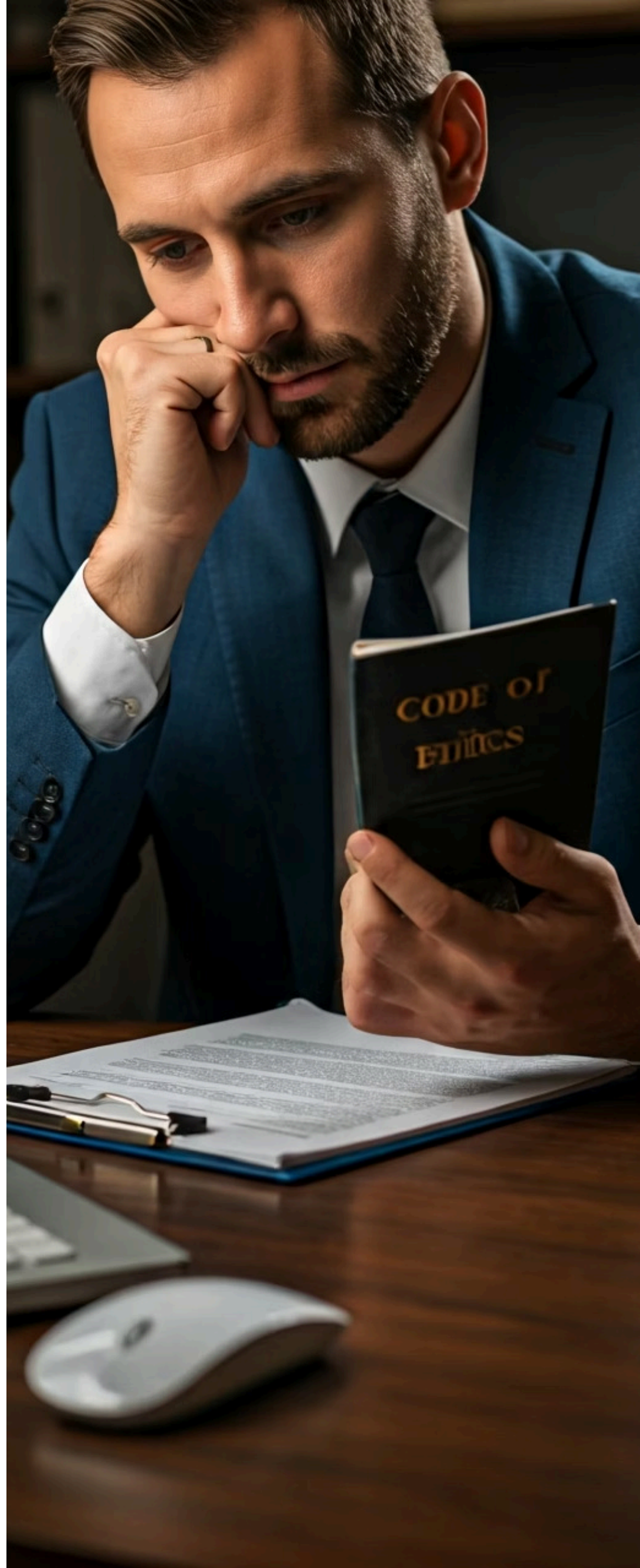
A figura do advogado empregado, seja em um departamento jurídico, em um escritório de advocacia ou em uma consultoria, enfrenta uma dinâmica peculiar: a subordinação. Diferentemente do advogado autônomo, que goza de plena liberdade na condução de seus casos, o empregado está inserido em uma estrutura hierárquica, o que pode gerar conflitos entre o dever de obediência ao empregador e a inegociável independência profissional exigida pela OAB.

"A independência profissional é uma prerrogativa irrenunciável do advogado, mesmo quando empregado."

— Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94)

Imagine um jovem advogado recém-contratado que recebe uma instrução de seu superior para elaborar um parecer que distorce fatos ou interpreta a lei de forma manifestamente favorável a um interesse questionável do empregador. A pressão para cumprir a ordem é grande, mas sua consciência e o Código de Ética da OAB o alertam para a violação de seus deveres profissionais. Essa é a encruzilhada típica do advogado empregado.

O Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94) e o Código de Ética e Disciplina da OAB são claros: a independência profissional é uma prerrogativa irrenunciável do advogado, mesmo quando empregado. Isso significa que ele não pode ser compelido a praticar atos que considere antiéticos, ilegais ou contrários à sua consciência profissional. A lealdade ao empregador tem limites, e esses limites são definidos pela ética e pela lei. O advogado deve ser um conselheiro, não um mero executor.



A Independência Profissional do Advogado Empregado: Um Direito e um Dever

A independência profissional não é um privilégio, mas um dever ético e uma garantia fundamental para o exercício da advocacia, especialmente para o advogado empregado. Ela assegura que o profissional possa atuar com liberdade de consciência e técnica, sem ser coagido a comprometer sua integridade ou a violar os preceitos éticos da profissão. É o que permite ao advogado ser um verdadeiro guardião da justiça, e não um mero instrumento de interesses alheios.

Situação de Risco

Advogado empregado em banco é solicitado a elaborar contratos com cláusulas abusivas ou participar de práticas de concorrência desleal

Exercício da Independência

Recusa tais solicitações, alerta sobre implicações legais e éticas, propõe alternativas em conformidade com a lei

Resultado

Mantém dignidade da profissão e protege o próprio empregador contra riscos futuros

Para ilustrar, considere um advogado empregado em um banco que é solicitado a elaborar contratos com cláusulas consideradas abusivas ou a participar de práticas que configuram concorrência desleal. Sua independência profissional o habilita a recusar tais solicitações, a alertar sobre as implicações legais e éticas e a propor alternativas que estejam em conformidade com a lei e os princípios da boa-fé. Essa postura, embora possa gerar desconforto, é essencial para a manutenção da dignidade da profissão e para a proteção do próprio empregador contra riscos futuros.

O Provimento nº 205/2021 do CFOAB, que regulamenta o marketing jurídico digital, embora não trate diretamente da subordinação, reforça a necessidade de o advogado manter a sobriedade e a discrição em sua atuação, mesmo em ambientes digitais. Isso se estende ao advogado empregado, que deve zelar pela imagem da profissão e da empresa, mas sempre com base em princípios éticos sólidos. A tecnologia, aliás, traz novos desafios, como a ética no uso de dados e na automação de serviços jurídicos, exigindo que a independência profissional se adapte a esses novos cenários.

Novos Horizontes Éticos: Tecnologia, Publicidade e o Advogado Moderno

O cenário jurídico contemporâneo é profundamente impactado pela tecnologia e pela digitalização, trazendo consigo uma nova gama de desafios éticos para advogados em todas as esferas, incluindo a pública e a corporativa. A inteligência artificial, a análise de dados e as plataformas digitais transformam a forma como o direito é praticado, exigindo uma constante atualização e uma reflexão ética sobre os limites e as responsabilidades dessa nova era.



Inteligência Artificial

Questões sobre confidencialidade de dados, imparcialidade de algoritmos e responsabilidade pelo conteúdo gerado



Publicidade Digital

Necessidade de discrição e dignidade, evitando captação indevida de clientes conforme Provimento nº 205/2021



Gestão de Dados

Ética no uso e proteção de informações sensíveis em plataformas digitais e sistemas automatizados

Pense na proliferação de ferramentas de IA que podem auxiliar na pesquisa jurídica ou na elaboração de documentos. Embora eficientes, elas levantam questões éticas sobre a confidencialidade dos dados inseridos, a imparcialidade dos algoritmos e a responsabilidade final pelo conteúdo gerado. O advogado, seja ele público ou corporativo, deve ser capaz de utilizar essas ferramentas de forma ética, garantindo que a tecnologia seja um meio para a justiça, e não um fim em si mesma.

Outro ponto crucial é a publicidade digital, regulamentada pelo Provimento nº 205/2021 do CFOAB. Para o advogado empregado ou em cargo de gestão, a presença online da empresa ou do escritório deve ser cuidadosamente gerenciada para não violar os preceitos éticos da OAB. Isso inclui desde a forma como as informações são divulgadas até a moderação na publicidade ativa, sempre prezando pela discrição e pela dignidade da profissão. A linha entre o marketing eficaz e a captação indevida de clientes é tênue e exige vigilância constante.

Dilemas Éticos Comuns e a Tomada de Decisão

A vida profissional do advogado, especialmente em posições de destaque na esfera pública ou privada, é permeada por dilemas éticos que exigem mais do que conhecimento da lei: demandam sabedoria, integridade e coragem. Não existe uma fórmula mágica, mas um processo de reflexão que envolve a análise dos fatos, a aplicação dos princípios éticos e a consideração das consequências.

Caso Prático

Imagine um diretor jurídico que descobre que um executivo da empresa está envolvido em um esquema de corrupção. Seu dever é reportar a irregularidade, mas ele sabe que isso pode gerar um escândalo, prejudicar a imagem da empresa e até levar à demissão de colegas. Qual caminho seguir? O dilema é real e complexo. A ética aqui não é um luxo, mas uma necessidade para a sustentabilidade da organização e a integridade do profissional.

Processo de Tomada de Decisão Ética



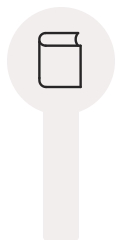
Identificação do Dilema

Qual é o conflito de valores ou deveres?



Análise dos Fatos

Reúna todas as informações relevantes, sem preconceitos



Consulta às Normas

Recorra ao Código de Ética da OAB, Estatuto da Advocacia, legislação pertinente e políticas internas



Avaliação das Consequências

Pondere os impactos de cada possível decisão para todas as partes envolvidas



Busca por Conselhos

Se possível e apropriado, discuta o dilema com colegas de confiança ou com a própria OAB



Tomada de Decisão e Ação

Escolha o caminho que melhor se alinha com os princípios éticos e aja com firmeza

A Ética como Vantagem Competitiva e Pilar da Carreira

Em um mundo cada vez mais transparente e conectado, a ética deixou de ser apenas uma obrigação para se tornar uma vantagem competitiva e um pilar inabalável para a construção de uma carreira sólida e respeitada. Para advogados públicos e aqueles em cargos de gestão, a reputação de integridade é um ativo inestimável, capaz de abrir portas e consolidar a confiança de colegas, superiores e da sociedade.

85%

Confiança

Profissionais éticos conquistam maior confiança de clientes e empregadores

3x

Oportunidades

Advogados com reputação ética recebem mais indicações e oportunidades de carreira

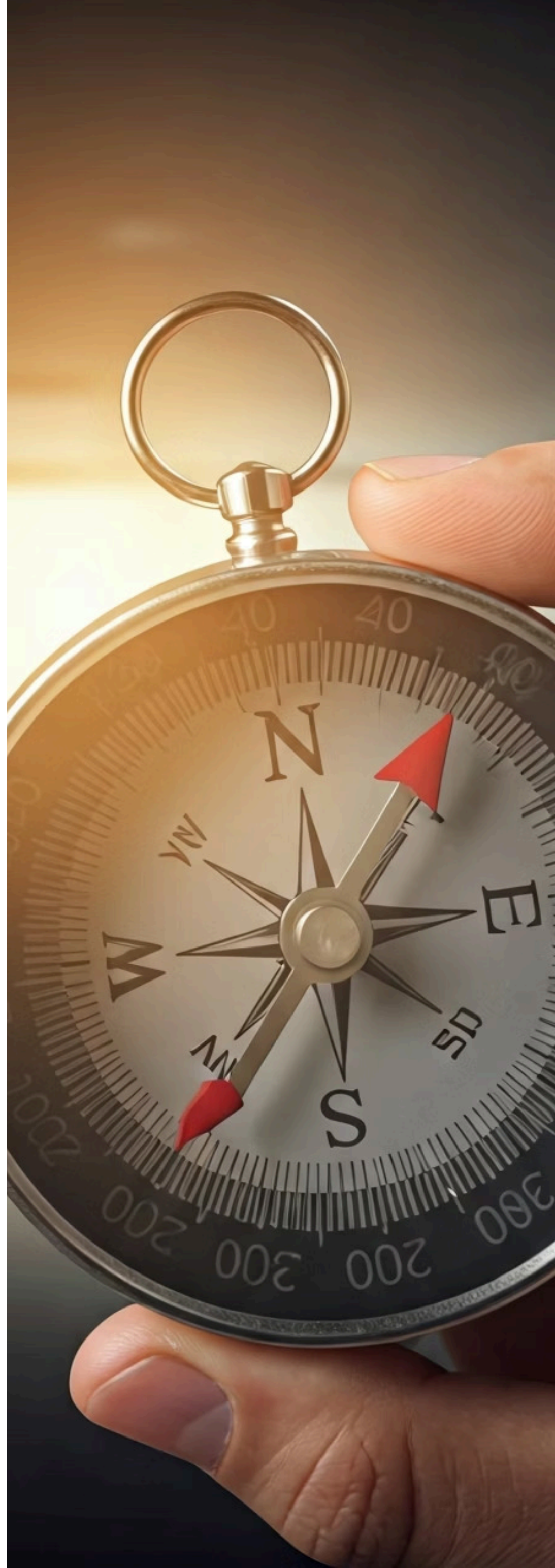
60%

Redução de Riscos

Empresas com cultura ética forte reduzem litígios e multas regulatórias

Pense em um Procurador que, ao longo de sua carreira, sempre se pautou pela defesa intransigente do interesse público, mesmo sob pressão. Sua credibilidade se torna um escudo contra acusações infundadas e uma fonte de inspiração para as novas gerações. Da mesma forma, um diretor jurídico que guia sua empresa com base em princípios éticos rigorosos não apenas evita litígios e multas, mas constrói uma marca corporativa forte e resiliente, valorizada por investidores e consumidores.

A ética, portanto, não é um fardo, mas um investimento. Ela promove um ambiente de trabalho mais saudável, fomenta a inovação responsável e contribui para a construção de uma sociedade mais justa. Ao abraçar a ética como um valor central, o advogado não apenas cumpre seu dever profissional, mas também se posiciona como um agente de transformação positiva, capaz de influenciar o futuro da profissão e das instituições em que atua.



Consolidação e Aplicação Prática

Chegamos ao fim de nossa jornada pela ética na advocacia pública e em cargos de gestão. Vimos que, embora os contextos sejam distintos, o fio condutor é a inegociável integridade profissional e o compromisso com valores que transcendem o interesse individual ou corporativo. Seja defendendo o interesse público ou orientando uma empresa, o advogado é um pilar da justiça e da conformidade, e sua bússola ética deve estar sempre calibrada.

Em prática:

Advogados Públicos

Devem priorizar o interesse da coletividade e a legalidade, resistindo a pressões políticas

Diretores Jurídicos

Precisam equilibrar os objetivos de negócio com a ética e a conformidade legal, atuando como guardiões da reputação da empresa

Advogados Empregados

Devem exercer sua independência profissional, recusando-se a praticar atos antiéticos ou ilegais, mesmo sob subordinação

Tecnologia e Publicidade

Exigem uma reflexão ética contínua sobre confidencialidade, imparcialidade e os limites da promoção profissional

Autoavaliação

Questões Objetivas:

- 1. Qual é a principal distinção ética entre a atuação do advogado público (AGU, Procuradorias) e a do advogado privado?**
 - a) O advogado público não precisa seguir o Código de Ética da OAB.
 - b) O advogado público defende o Estado e o interesse público, enquanto o privado defende interesses específicos do cliente.
 - c) O advogado público não pode recusar causas, ao contrário do privado.
 - d) O advogado público tem maior liberdade para atuar fora dos limites legais.
 - 2. Um diretor jurídico de uma grande empresa é solicitado por seu CEO a omitir informações cruciais em um relatório regulatório para evitar multas pesadas. Qual a postura ética correta do diretor jurídico?**
 - a) Omitir as informações, pois sua lealdade é com a empresa e seu CEO.
 - b) Recusar-se a omitir as informações, alertar sobre os riscos e buscar soluções éticas e legais.
 - c) Omitir as informações, mas registrar internamente sua discordância.
 - d) Pedir demissão imediatamente sem tentar resolver a situação.
 - 3. O Provimento nº 205/2021 do CFOAB, que trata do marketing jurídico digital, impacta a ética do advogado em cargos de gestão ao:**
 - a) Liberar totalmente a publicidade ativa e a captação de clientes por qualquer meio digital.
 - b) Exigir que a publicidade digital mantenha a discrição e a sobriedade, evitando a mercantilização da profissão.
 - c) Proibir qualquer tipo de publicidade para advogados empregados.
 - d) Permitir o uso de informações confidenciais da empresa para fins de marketing pessoal.
 - 4. A independência profissional do advogado empregado, conforme o Estatuto da OAB, significa que:**
 - a) Ele pode desobedecer a qualquer ordem do empregador.
 - b) Ele tem o direito e o dever de recusar a prática de atos que violem a lei, a ética ou a dignidade da profissão.
 - c) Ele não precisa seguir as políticas internas da empresa.
 - d) Ele pode atuar em causas contra seu empregador sem qualquer restrição.
-

Questão Discursiva:

Discorra sobre como a crescente integração da tecnologia (Inteligência Artificial, análise de dados) no dia a dia jurídico pode gerar novos dilemas éticos para advogados em cargos de gestão e na advocacia pública, e quais princípios éticos devem ser priorizados para mitigar esses riscos.

Gabarito e Próximos Passos

Gabarito:

1 Resposta: b)

2 Resposta: b)

3 Resposta: b)

4 Resposta: b)

Próxima Aula:

Aula 12 – Desafios Éticos Contemporâneos e Futuro da Profissão

Aprofundaremos a discussão sobre as tendências que moldam o futuro da advocacia, como a globalização, a sustentabilidade e a diversidade, e como a ética se adapta a esses novos paradigmas.

Recursos Adicionais:

- **Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94):** Para consulta da legislação fundamental da profissão.
- **Código de Ética e Disciplina da OAB:** Para aprofundar os princípios e regras de conduta.
- **Provimento nº 205/2021 do CFOAB:** Para entender as regras de marketing jurídico digital.

NOTA IMPORTANTE: As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.